

Governo do Distrito Federal



Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Gestão de Pessoas

Divisão de Segurança, Medicina e Assistência

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DA/DEGEP/DISMED

DISPENSA ELETRÔNICA

ÓRGÃO	Nº do C.N.P.J
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	00.037.457.0001-70
ENDEREÇO:	Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B"

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de recarga de extintores para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP;

2. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Informação e elementos técnicos constantes do SEI-GDF (SEI 00112.00028665/2021-81);

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de recarga de extintores para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM		NÃO	X
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços recarga de extintores, se justifica pela necessidade de manutenção das condições de segurança das instalações da Companhia, conforme condições e quantitativos, apresentados neste Termo de Referência, por Dispensa de Licitação. Dessa forma, conforme demanda o inc. II, do art. 133 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP - RLC:				

1 - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos no RLC, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez, no mesmo local e dentro do mesmo exercício orçamentário;

2 - os itens a serem fornecidos, objeto deste Termo de Referência será contratado para **fornecimento único**, conforme quantidades detalhadas no quadro constante do item 2.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	
Definida	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade estimada, considerando o quantitativo de extintores disponíveis na Novacap e o cronograma de recarga a ser adotado.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de demanda a ser executada por fornecimento único, sem necessidade de fracionamento por lotes.				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de fornecimento de itens comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame.				

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

REGIME DE FORNECIMENTO	
ÚNICO	X
PARCELADO	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 9.566,11 (nove mil e quinhentos e sessenta e seis reais e onze centavos)
--	--

JUSTIFICATIVA: Em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas.

REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Por preço unitário	X
Por preço global	

JUSTIFICATIVA: Trata-se de objeto cujo fornecimento será realizado de acordo com as demandas da Novacap.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência já apresenta critérios mínimos de especificação do material e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço por lote é o mais adequado.

REAJUSTAMENTO

Tendo em vista tratar-se de fornecimento com entrega de forma única, não será necessário a previsão de reajustamento.

Não será permitido o reajustamento de preços, prevalecendo o valor final adjudicado.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de extintores, considerando a necessidade de recarga periódica desses equipamentos para a atendimentos às Normas NR 23 de Proteção contra Incêndio;

3.2. A NR-23 é uma Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho que visa determinar quais são as medidas de proteção e combate a incêndio a serem adotadas pelas empresas em todos os casos. Ela traz uma série de disposições que orienta o que deve ser feito para proteger os colaboradores e o patrimônio em caso de incêndio;

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. DISPENSA ELETRÔNICA conforme Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, §3º, inc. III art. 133.

4.2.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 9.566,11 (nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e onze centavos), conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Recarga de extintor tipo Água 10 Litros	Unid.	30	R\$ 21,33	R\$ 639,90
2	Recarga de extintor tipo CO2 4 Kg	Unid.	02	R\$ 51,66	R\$ 103,32
3	Recarga de extintor tipo CO2 6 Kg	Unid.	32	R\$ 70,33	R\$ 2.250,56
4	Recarga de extintor tipo CO2 25 Kg	Unid.	01	R\$ 234,00	R\$ 234,00
5	Recarga de extintor tipo ABC 04 Kg	Unid.	67	R\$ 24,00	R\$ 1.1608,00
6	Recarga de extintor tipo ABC 06 Kg	Unid.	37	R\$ 26,33	R\$ 974,21
7	Recarga de extintor tipo PÓ 04 Kg	Unid.	02	R\$ 22,66	R\$ 45,32
8	Recarga de extintor tipo PÓ 06 Kg	Unid.	47	R\$ 26,33	R\$ 1.237,51
9	Recarga de extintor tipo PÓ 50 Kg	Unid.	05	R\$ 207,33	R\$ 1.036,65
10	Recarga de extintor tipo ABC 20 Kg	Unid.	08	R\$ 146,33	R\$ 1.170,64
11	Recarga de extintor tipo BC 20 Kg	Unid.	02	R\$ 133,00	R\$ 266,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 9.566,11

6. PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA

6.1. O prazo máximo para a entrega será de 30 (trinta) dias corridos, após solicitação contida no Comunicado enviado pelo executor mediante prévio Empenho;

6.2. O material deverá ser entregue na NOVACAP, no ENDEREÇO: Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B", CEP. 71.215-000 - Brasília-DF, no HORÁRIO: 08:00 às 12:00 e das 13:00 h às 17:00 h;

6.3. A empresa deverá comunicar, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, por escrito ou pelo telefone (61) **3403-2477**;

6.4. O recebimento do material estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante da CONTRATANTE;

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, em parcela única.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da Novacap.

7.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.1. o prazo de validade;

7.5.2. a data da emissão;

7.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.4. o período de prestação dos serviços;

7.5.5. o valor a pagar; e

7.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10.1. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.17. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM =

Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. A Contratada deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício e coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

9.2. Verificar a conformidade da realização do serviço provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento do serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a realização do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.6. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.7. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.8. O material será recebido mediante verificação da qualidade e quantidade, conforme especificado no item 5.1 deste Termo de Referência;

10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita realização do objeto e, ainda:

10.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos e caso a contratada não consiga cumprir o prazo da entrega esta deverá comunicar a contratante, apresentando justificativa no prazo máximo de 15(quinze) dias;

10.4. A contratada, poderá solicitar prorrogação de prazo na entrega do material na NOVACAP, com as devidas justificativas e caberá ao Diretor Administrativo analisar e autorizar a prorrogação, caso não prejudique o andamento dos serviços;

10.5. Responsabilizar-se por todos os impostos e taxas decorrentes do transporte e entrega do objeto, sem nenhum ônus a NOVACAP;

10.6. A Contratada deverá entregar os equipamentos, com a garantia de 6 (seis) meses a partir da data da entrega;

11. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. Será fornecido pela Diretoria Financeira (DF).

12. **DO CONTRATO**

12.1. As contratações oriundas das dispensas eletrônicas serão formalizadas pela Emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário;

12.2. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida;

12.3. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP;

13. **DA CONFORMIDADE/RECEBIMENTO DO MATERIAL**

13.1. O material será recebido da seguinte forma:

13.2. Se tiver de acordo com as especificações contidas no **item 05** deste Termo de Referência;

14. **DAS PENALIDADES**

14.1. O não cumprimento das obrigações a serem assumidas em razão deste procedimento, sujeitará a contratada adjudicatária, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

14.1.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016 e no artigo 199 do RLC, ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) do valor do material não entregue;
- b) Pela recusa em efetuar recarga e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 20 (vinte) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: de 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do 2º (segundo) dia da data da notificação da rejeição: de 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetuada em 15(quinze) dias que se seguirem à data da rejeição: de 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;
- f) As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;
- g) As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;
- h) O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei;
- i) A inobservância quanto ao descumprimento do pactuado poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas;

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

15.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

15.1.1. Menor Valor por lote;

15.1.2. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço lote**;

16. MATRIZ DE RISCO

16.1. Não foi elaborada Matriz de Risco tendo em vista tratar-se de objeto delimitado previamente, com contra entrega de materiais e pagamento somente após o recebimento definitivo do objeto;

NATUREZA DO RISCO	Nº	RISCO (DESCRIÇÃO)	RESPONSABILIDADE	CAUSA(S)	IMPACTO	MEDIDA MITIGATÓRIA
Administrativo	1	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

17. DA LEGISLAÇÃO

17.1. Lei 13.303/2016.

17.2. REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA NOVACAP e suas alterações.

17.3. Portaria 306, de 13 de dezembro de 2001, do Ministério do Planejamento.

17.4. Decreto nº 10.024 de 2019.

17.5. Decreto distrital nº 40.205/2019.

Humberto Camelo Campos

Assessor da DISMED/DA



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO CAMELO CAMPOS - Matr.0074235-X, Assessor(a).**, em 19/06/2024, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIUDE RODRIGUES DE ARRUDA ALBINO - Matr.0074674-6, Chefe Divisão de Segurança, Medicina e Assistência**, em 19/06/2024, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADELCI DE OLIVEIRA - Matr.0074189-2, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 20/06/2024, às 08:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 20/06/2024, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **143739263** código CRC= **7BABE6F8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br